

EXPERIÊNCIA FAMILIAR NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

RESUMO

Sabrina Miranda dos Santos
sabrina_zeo@hotmail.com,
orcid.org/0000-0001-7644-9208
Centro Universitário do Cerrado Patrocínio
(UNICERP), Patrocínio, Minas Gerais,
Brasil

Paloma Ninfa Barbosa
paloma.ninfa@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-5629-5712
Faculdade Unyleya, Patrocínio, Minas
Gerais, Brasil.

Gisélia Gonçalves de Castro
giseliagcastro@gmail.com
orcid.org/0000-0003-1132-5647
Centro Universitário do Cerrado Patrocínio
(UNICERP), Patrocínio, Minas Gerais,
Brasil

INTRODUÇÃO: A perspectiva da escolarização de crianças com Necessidades Educacionais Especiais no sistema regular de ensino é hoje um dos principais imperativos morais e políticos, apesar disso, o processo inclusivo ainda é marcado por diversas contradições.

OBJETIVO: Este estudo teve como objetivo principal analisar as experiências familiares na inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal, descritivo e qualitativo. Participaram mães e pais de crianças diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. Foi aplicado aos responsáveis um questionário sociodemográfico e foi feita a entrevista com pergunta norteadora: “O que você diz sobre a inclusão escolar de seu filho? Para análise dos dados qualitativos, foram formadas as categorias.

RESULTADOS: Ao analisar o perfil sociodemográfico das 10 mães e 2 pais representantes das famílias, onde 58% de 40 a 49 anos, e com relação ao estado conjugal, que a maioria, 67% eram casados. De acordo com a escolaridade, a maioria tinha o nível médio. Concernente à ocupação atual 50% trabalham com atividade remunerada. Em relação à renda 50% possuíam renda de 1 a 3 salários mínimos. Diante dos relatos dos familiares sobre a inclusão afluíram pontos questionáveis relativos a legítima inclusão, necessidades de apoio da escola tanto para as crianças quanto para os familiares.

CONCLUSÃO: São necessárias a real aplicabilidade¹ das políticas educacionais, visando o direito das crianças com necessidade especiais, além do apoio informacional às famílias, assim como uma intervenção interdisciplinar que considere as particularidades de cada criança.

PALAVRAS-CHAVE: autismo; família; inclusão.

Recebido em: 08/11/2021
Aprovado em: 10/02/2022

DOI: 10.17648/2525-2771-v2n10-10

Correspondência:

Sabrina Miranda dos Santos, Rua Joel de Souza nº135, Bairro Santo Antônio, Patrocínio, Minas Gerais, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

FAMILY EXPERIENCE IN SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDERS

ABSTRACT

INTRODUCTION: The perspective of schooling children with Special Educational Needs in the regular education system is today one of the main moral and political imperatives, despite this, the inclusive process is still marked by several contradictions.

OBJECTIVE: This study aimed to analyze the family experiences in the school inclusion of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder.

METHODS: This is a cross-sectional, descriptive and qualitative study. Mothers and fathers of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder participated. A sociodemographic questionnaire was applied to the guardians and the interview was carried out with a guiding question: "What do you say about your child's school inclusion? For the analysis of qualitative data, categories were formed.

RESULTS: When analyzing the sociodemographic profile of the 10 mothers and 2 fathers representing the families, where 58% were between 40 and 49 years old, and with regard to marital status, the majority, 67% were married. According to education, most had high school. Concerning the current occupation, 50% work with paid activity. In relation to income, 50% had an income of 1 to 3 minimum wages. Faced with the reports of family members about inclusion, questionable points emerged regarding legitimate inclusion, school support needs for both children and family members.

CONCLUSION: The real applicability of educational policies is necessary, aiming at the rights of children with special needs, in addition to informational support for families, as well as an interdisciplinary intervention that considers the particularities of each child.

KEYWORDS: Autism, Family, Inclusion.

INTRODUÇÃO

A perspectiva da escolarização de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no sistema regular de ensino é hoje um dos principais imperativos morais e políticos, apesar disso, o processo inclusivo ainda é marcado por diversas contradições em relação às oportunidades oferecidas às crianças da educação especial, pois a simples inserção dessas crianças em classes comuns do ensino regular não garante a aprendizagem e não promove experiências sociais significativas. Diante disso é fundamental investir na capacitação dos educadores e ampliar a equipe da educação especial, a fim de atender de forma satisfatória as necessidades dos alunos e profissionais inseridos nesse processo (MATOS; MENDES, 2014).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição classificada no DSM-5 na categoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico presente desde a infância. É um transtorno que engloba “o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV”. Esse grupo de transtornos compartilham sintomas centrais de comprometimento nas áreas da interação social, comunicação e comportamento (APA, 2013).

Os comprometimentos do TEA limitam o processo educacional do aluno, mas, apesar dessa limitação, a escolarização destes alunos é possível quando a eles são ofertadas oportunidades, com profissionais preparados para lidar com essa condição, disponibilizando os métodos de trabalho mais apropriados para que tal processo ocorra, mas apesar disso, ainda hoje um grande número de alunos com TEA não estão inseridos na rede regular de ensino e frequentam apenas o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BOETTGER; LOURENÇO; CAPELLINI, 2013).

Tendo como foco o condicionamento das instituições escolares para receber todos os alunos, a educação inclusiva busca o comprometimento da administração pública para a concretização de políticas capazes de acabar com todas as formas de exclusão ainda presentes nas escolas, podendo enfrentar desafios organizacionais, pedagógicos e culturais em todas as instituições que compõem o sistema de ensino (SANTOS; MARTINEZ, 2016).

No processo de inclusão escolar, as famílias vivenciam um cotidiano cercado por dificuldades e preocupações, referentes aos direitos das crianças, ao preparo das escolas e a

qualificação dos profissionais que irão atender esse público, além dos sentimentos diante do preconceito e da discriminação e por fim a experiência da exclusão dentro do próprio processo inclusivo (MINATEL, MATSUKURA, 2015).

Diante disso as famílias e a escola devem trabalhar juntos com o objetivo de incluir as crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino oferecendo a elas todas as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. A participação dos pais no processo inclusivo é indispensável, e suas percepções são indicadores fundamentais para os educadores, e influenciam diretamente as interações com a escola e com os profissionais que nela trabalham (FRAGA et al, 2017; SANTOS, 2017).

Visto que o tema da inclusão é de grande importância para a realidade da educação no Brasil, é fundamental entender como o processo inclusivo se dá no cotidiano das escolas. O presente estudo busca analisar as experiências familiares na inclusão escolar de crianças diagnosticadas com TEA, avaliando o cenário atual da inclusão escolar desses alunos.

MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo transversal, qualitativo e descritivo que teve como participantes mães e pais de crianças diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que fazem acompanhamento em um Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado em um município do interior de Minas Gerais.

Neste centro de Apoio Educacional atende a crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem e Transtornos do Espectro Autista e que frequentam a na rede pública de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, contando com uma equipe interdisciplinar composta por profissionais da psicopedagogia, pedagogia, psicologia e fisioterapia. Os critérios de inclusão da pesquisa consistiam em: familiar responsável de crianças de 4 a 12 anos, diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que frequentam o Centro de Apoio Educacional Especializado e que estas crianças estejam matriculadas em Escola de Ensino Regular. E os critérios de exclusão foram: familiar responsável de crianças fora da faixa etária e que não estejam matriculadas e responsáveis que não concordaram em participar do estudo.

De posse as autorizações necessárias, foi feita uma visita para conhecer a rotina dos da instituição possibilitando a coleta dos dados que aconteceu nos meses de agosto e setembro de 2017. Primeiramente foram identificadas as crianças por meio de arquivos institucional analisando crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Após este levantamento foi feito uma abordagem particular com o responsável em um local reservado no próprio estabelecimento educacional com a proposta de participar da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE. A vista de conhecer o perfil do responsável, foi realizado um questionário sociodemográfico contendo as seguintes variáveis: idade, estado conjugal, nível escolar, ocupação e renda salarial.

Como última abordagem foi feita a pergunta norteadora: “O que você diz sobre a inclusão escolar de seu filho?”. Para esta entrevista foi utilizado um gravador digital, marca Sony, modelo ICD-PX440.

Para traçar o perfil dos participantes foi realizado análise descritivas com medidas de frequências absolutas e relativas. Os dados foram tabulados no Excel e analisados no programa *statistical package for social sciences* (SPSS) versão 18.0 for Windows.

Para a entrevista foi realizada a análise de conteúdo, sendo feito, primeiramente, uma pré-análise por meio de leitura do material para separação dos dados. Minayo (2006, p. 303) ressalta que a “análise de conteúdos diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar reaplicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos”.

Segundo Minayo (2002, p. 77) no método hermenêutico-dialético “a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida, essa compreensão tem, como ponto de partida o interior da fala, e como ponto de chegada o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala”. O intérprete pode compreender as falas como resultado de um processo social e de conhecimento, decorrentes de diferentes determinações, mas com significados específicos (GOMES, 2014).

Posteriormente, explorando o material, foi feito o tratamento e interpretação dos resultando na organização dos núcleos. A organização dos núcleos, com os respectivos temas, bem como a análise dos relatos, seguiu a proposta metodológica da Interpretação de Sentidos, com as seguintes etapas: (a) leitura exaustiva das entrevistas das famílias, buscando a compreensão do conjunto dos relatos e das particularidades; (b) identificação de temas que

poderiam expressar os relatos das famílias participantes; (c) recorte de trecho dos relatos; (d) inferências para interpretação dos sentidos; (e) fundamentação teórica acerca do assunto e do referencial teórico; (f) síntese interpretativa, articulando o objetivo do estudo com base teórica adotada e os dados empíricos.

De acordo com Aguiar e Ozella (2006) “o sentido coloca-se em um plano que se aproxima mais da subjetividade que com mais precisão expressa o sujeito, a unidade de todos os processos cognitivos, afetivos e biológicos”, a interpretação dos sentidos não significa abstrair uma resposta única e absolutamente definida, mas depoimentos do sujeito que nos apresentam indicadores das formas de ser desse sujeito e de processos vivenciados pelo mesmo. O presente trabalho se encontra de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para a pesquisa envolvendo seres humanos. Foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Franca, SP, Brasil (CAAE 62623416.9.0000.5495).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve como participantes 12 representantes das famílias. Destes, 10 mães e 2 pais. Ao analisar o perfil sociodemográfico, 5 (42%) estavam na faixa etária 28 a 39 anos, e 7 (58%) de 40 a 49 anos. Com relação ao estado conjugal a maioria, 8 (67%) eram casados e 1 (8%) união estável, 1 (8%) solteiro e 2 (17%) eram separados. De acordo com a escolaridade, 5 (42%) tinham o nível médio, 2 (16%) o nível fundamental e 5 (42%) o nível superior. Concernente à ocupação atual, eram do lar 6 (50%) e 6 (50%) trabalham com atividade remunerada. Em relação à renda, 6 (50%) possuíam renda de 1 a 3 salários mínimos e 6 (50%) não tinham renda, assumindo a função do lar (TABELA 1).

Tabela 1 – Distribuição de frequências das variáveis sociodemográficas dos representantes das famílias

Variáveis		FA	FR (%)
Idade	28 39	5	42
	40 49	7	58
Estado conjugal	Casados	8	67
	União estável	1	8
	Solteiro	1	8
	Separados	2	17
Escolaridade	Nível médio	5	42
	Nível Fundamental	2	16
	Nível superior	5	42
Ocupação atual	Do lar	6	50
	Atividade remunerada	6	50
Renda	1 a 3 salários mínimos	6	50
	Sem renda	6	50

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Para análise dos dados qualitativos, a partir da questão “O que você diz sobre a inclusão escolar de seu filho? ”, um núcleo de sentido foi organizado. O núcleo “Inclusão muito difícil”, compreendeu-se dos temas: insatisfação, insegurança e medo, escola e a prática inclusiva e mudanças. Os temas identificados afluíram dos familiares participantes. Para a categorização dos mesmos, foi considerada a frequência com que apareceram nos relatos.

Quadro 1 – Núcleo de sentido e temas

Núcleo de sentido	Temas
Inclusão muito difícil	Insatisfação, insegurança e medo Escola Mudanças

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Inclusão muito difícil

O artigo 58º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define a educação especial como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 2016). Esta colocação demanda a escola regular alguns desafios, tendo em vista a indispensabilidade de implementação dessa legislação, que envolve: “construir uma escola que atenda a todos; garantir não apenas o acesso à escola, mas a permanência e oferecer uma educação com qualidade voltada para o atendimento às necessidades do educando”, levando a um processo de adequação do ambiente escolar às requisições dos alunos e não o contrário (PIMENTEL; PAZ, 2009). O que podemos perceber diante dos relatos de mães e pais do presente estudo é que isso ainda não acontece:

[...] Eu acho que tá muito longe de chamar o que essas as crianças vivem na escola de inclusão, por que que eles não tão preparados... (F2)

[...] Ainda precisa de muitas mudanças. Mudanças inclusive na concepção das pessoas do que é inclusão. [...].. porque tem muita gente que acha que inclusão é aceitar a criança e como se diz ela tá ali junto com todo mundo tá incluindo, não é isto. Precisa de um trabalho bem mais consciente nesse sentido. (F1)

Corroborando com as falas acima, Capellini, Shibukawa e Rinaldo (2016) afirmam que a inclusão está associada com o processo de ensino-aprendizagem, não basta só inserir, a escola precisa oferecer aos alunos um ensino de qualidade, elaborando metodologias variadas para que se possa obter uma resposta positiva ao trabalho desenvolvido com as crianças com necessidades educacionais especiais.

Insatisfação, insegurança e medo

Sabe-se que mesmo tendo conhecimento do ambiente onde os filhos serão inseridos, muitas vezes as famílias vivenciam o processo de inclusão escolar com certa tensão. As características dos profissionais e sua experiência estão diretamente ligadas ao sucesso da inclusão, o que pode despertar nessas famílias diversos sentimentos perante a inserção dessas crianças neste novo ambiente (LUIZ; NASCIMENTO, 2012). Analisando as falas das mães e pais do presente estudo podemos observar que todos relataram algum tipo de dificuldade em

relação à inclusão escolar de seus filhos, ressaltando sentimentos de insatisfação e insegurança diante das experiências vivenciadas no processo inclusivo:

[...] A inclusão escolar eu acho a mais difícil, porque às vezes nem sempre funciona como a gente gostaria que funcionasse. As professoras não estão preparadas pra esse tipo de criança. Eu não acho que a inclusão que acontece seja uma inclusão verdadeira. (F2)

[...] A gente fica com um cuidado excessivo com a criança. A gente fica insegura com o tempo da criança na escola, com medo do que vai acontecer lá. As vezes é mais uma preocupação da família, uma dificuldade com a deficiência do meu filho. (F5)

Diante das colocações dos familiares acima, é de extrema importância o desenvolvimento de políticas que atendam às necessidades de apoio social e educativo das crianças com necessidades especiais, além do apoio informacional às famílias dessas crianças, o que requer a assistência dos diversos profissionais da área da saúde e educação que possam levar esclarecimentos sobre a deficiência e cuidados dessas crianças proporcionando benefícios a essas famílias a curto e a longo prazo (GUALDA; BORGES; CIA, 2013).

No estudo de Luiz e Nascimento (2012) sobre a experiência das famílias na inclusão escolar, relata que um dos medos expressados pelas mães no processo de inclusão estava relacionado ao preconceito das outras crianças e pais em relação aos seus filhos. Corroborando com o presente estudo podemos destacar esse sentimento relatado por parte das mães e pais expressos nas falas seguintes:

[...] Agora está difícil também são as outras crianças. A cabeça de algumas é igual a mentalidade do pai e da mãe, elas também fazem crítica do meu filho (F6)

[...] Eu acredito que os outros pais também teriam que saber que existem essas crianças na escola. Pelo menos saber que elas estão lá e que eles vão precisar do apoio dos colegas. (F8)

Constatando com os relatos dos familiares, Souza e colaboradores (2004) descreve a importância do processo de conscientização social a fim de evitar o preconceito e a discriminação, tendo em vista que a escola é uma parte da sociedade e que está ainda não se apresenta inclusiva em suas práticas.

Escola e a prática inclusiva

O conhecimento do professor no que se refere a prática inclusiva pode definir o seu papel nesse processo onde o principal envolvido é a criança, o que estabelece as possibilidades do educador e as oportunidades de desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (CAPELLINI; RODRIGUES, 2009). Diante dos relatos das mães e pais do presente estudo, podemos perceber que a falta desse conhecimento por parte dos professores pode dificultar o processo inclusivo da criança.

[...] Tem muito professor que não entendia ele. Eu já peguei professor gritando com ele (F6)

[...] De repente eu ouvi de uma professora dizendo que meu filho tinha que respeitar os colegas e tinha que aprender a ficar sentado na sala de aula. Todos sabem como os autista se comportam. Não é ele que tem de adaptar a escola é a escola que tem de adaptar a ele (F5).

O sentimento de descontentamento dos pais demonstra e reforça o papel do professor na inclusão o que valida com estudo de Pimentel e Fernandes (2014) onde os professores que compunham sua amostra se mostraram desorientados sobre a inclusão, e relataram dificuldades em lidar com alunos autistas dentro sala de aula apontando a ausência de capacitação para trabalhar com esses alunos.

No artigo 58º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está explícito que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 2016). Apesar disto, o que se percebeu no estudo é que apesar da presença do professor mediador nas salas de aula, muitas vezes estes não têm o preparo necessário para suprir as necessidades destes alunos. Os responsáveis relatam nitidamente este fato:

[...] Outra situação que acontece é que os mediadores não são especialistas e na lei fala que precisa ser capacitado para trabalhar com esta criança. (F1)

[...] As professoras de apoio que vemos lá tinham que estar mais preparadas [...]... não adianta a escola por uma professora na sala que não sabe lidar com a criança. (F2)

Segundo Farias, Maranhão e Cunha (2008), a escola tem o papel de oferecer apoio pedagógico que seja capaz de incluir todos os alunos na rede regular de ensino, respondendo às suas necessidades neste processo, sabendo que as crianças com necessidades educacionais especiais aprendem de acordo com suas particularidades, A criança com Transtorno do Espectro

Autista, (TEA) necessita de um mediador capacitado para envolvê-la e auxiliá-la nesse processo, possibilitando o seu desenvolvimento.

Mudanças

A família desempenha um papel primordial na vida do autista, buscando sempre compreender mais sobre o transtorno e como isso afeta o desenvolvimento da criança, para então proporcionar a ela o atendimento mais adequado e uma melhor qualidade de vida o que inclui o processo de escolarização, no qual participam de forma direta, juntamente com a equipe educacional (MAIA FILHO et al ,2016). Diante dos relatos seguintes podemos observar que a discordância entre pais e profissionais acarreta prejuízos no processo inclusivo da criança, colocando em evidência a importância do desenvolvimento de métodos para uma boa relação família-escola:

[...] A escola sempre bateu de frente comigo, mesmo tendo o laudo a medicação sofre os efeitos que causava nele. Mesmo assim nas reuniões falavam que ele era lento, deitava na carteira. (F8).

[...] Eu pedi para não mandar dever de casa tudo de uma vez. Mas não adianta, a professora continua mandando. Eu já falei que minha filha não dá conta de fazer tudo aquilo. (F9)

De acordo com Christovam e Cia (2013), a troca de informações entre os profissionais da educação e as famílias, sobre o desempenho da criança com necessidades especiais, é de grande importância no processo inclusivo, mas apesar de ambos reconhecem essa importância, ainda existem dúvidas de qual seria a melhor forma de cada um se colocar, estabelecendo uma relação positiva entre as duas instâncias.

A capacitação dos profissionais da educação na prática inclusiva, pode ser considerada como uma alternativa para as dificuldades que estes apresentam em trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais como o autismo (BENITEZ; DOMENICONI, 2014). Nas falas seguintes mães e pais do presente estudo deixam explícito a necessidade da preparação profissional no processo inclusivo:

[...] Precisa capacitar não só professores que vão trabalhar diretamente com os alunos, mas, todos os outros profissionais que vão estar ali no dia a dia na escola. As pessoas que trabalham na escola precisam conhecer pelo menos um pouco sobre as necessidades dessas crianças. (F1)

[...] Eu acho que os profissionais tinham que ter uma preparação. [...] Acho que todos deveriam ter um curso pra receber essas crianças né porque tá tendo muito caso, cada dia mais aparece mais autistas. (F11)

Pesquisa realizada por Lemos e colaboradores (2016) os pais apontaram a necessidade de melhor preparo tanto dos profissionais que lidam diretamente com a criança dentro da sala de aula como de todos os profissionais dentro da escola que terão algum tipo de contato com a criança autista perante o fato que as crianças não permanecerão todo tempo dentro da sala de aula.

Para a obtenção de um atendimento educacional de qualidade, é necessário que a escola seja devidamente preparada. A escola inclusiva deve se adaptar às necessidades de todos os alunos tanto no que se diz respeito ao ambiente físico como social, favorecendo assim o desenvolvimento da dessas crianças (SERRA, 2010). Diante dos relatos das mães e pais do presente estudo estas adaptações ainda estão começando a acontecer:

[...] Para começar a acontecer a inclusão precisou que uma Lei fosse criada. Ainda falta muito, realmente agora que as escolas estão começando a se preparar. (F1)

[...] Eu acredito no meu ponto de vista que a inclusão tá caminhando a passos bem pequenos. Mas pelo menos está caminhando. (F8)

Vilhena e colaboradores (2015) consideram que para um bom desenvolvimento da criança com TEA, é fundamental a participação de médicos, educadores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas nesse processo, resultando em intervenções adequadas e eficientes, minimizando as limitações e valorizando o potencial da criança e consequentemente melhorar a qualidade de vida das mesmas.

CONCLUSÃO

O processo de inclusão da criança com TEA na rede regular de ensino ainda é um evento novo na nossa sociedade. As dificuldades que as famílias dessas crianças enfrentam no processo inclusivo tem relação direta e com o apoio social e institucional recebido, assim, conhecer e

investigar as vivências de familiares de crianças autistas foi imprescindível para entender que a garantia do sucesso da inclusão escolar pode se dar por meio da participação efetiva do poder público, dos profissionais da educação e das famílias nesse processo.

O esclarecimento de que além de conhecimento teórico acerca do autismo e das estratégias de trabalho, a inclusão necessita da disposição da família e da escola em aceitar e trabalhar de maneira favorável com tal público. Estar disposto a essa nova experiência é imprescindível, pois como relatado pelas famílias, muitas vezes, a falta de formação e de contato com o transtorno leva à resistência às adaptações o que pode acarretar atitudes negativas em relação à inclusão.

Dessa forma, destaca-se a importância da capacitação continuada dos professores, bem como a oferta de treinamento aos demais funcionários da instituição educacional, do apoio e do acompanhamento das famílias dessas crianças no processo inclusivo, e principalmente a importância da realização de trabalhos que promovam apoio social a essas crianças.

Conclui-se que são necessárias mais práticas adequadas em relação ao apoio e orientação da família para estimulação adequada da criança e preparo da escola para recebê-la, assim como uma intervenção interdisciplinar que considere as particularidades de cada criança.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreciação da Constituição dos Sentidos**. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2006, 26 (2), 222-245. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>> acesso em: 14/01/2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: DSM-5. **Associação Americana de Psiquiatria. DSM-V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, 2013.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Capacitação de Agentes Educacionais: Proposta de Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 371-386, Jul.-Set., 2014. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/NyzS3SDxgrwnRcSjLkzbg6v/?format=pdf&lang=pt>> acesso em: 14/01/2022.

BOETTGER, A. R. S.; LOURENÇO, A. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. **O professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo**.

Revista Educação Especial | v. 26 | n. 46 | p. 385-400 | maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5833/pdf>> acesso em: 15/01/2022.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação ; n. 263 PDF) Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ldb_13ed.pdf acesso em:

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva.** Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/578> acesso em: 15/01/2022.

CAPELLINI, V. L. M. F.; SHIBUKAWA, P. H.; RINALDO, S. C. O. **Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista.** Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p.87-94 abr/jun 2016.

CHRISTOVAM, A. C. C.; CIA, F. **O Envolvimento Parental na Visão de Pais e Professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 563-582, Out.-Dez., 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313334637_O_Envolvimento_parental_na_visao_d_e_pais_e_professores_de_alunos_com_necessidades_educacionais_especiais> acesso em: 15/01/2022.

FARIAS, I. M.; MARANHÃO, R. V. A.; CUNHA, A. C. B. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n.3, p.365-384. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-509516> acesso em: 15/01/2022.

FRAGA, J. M.; VARELA, A. M.; WUO, A. S.; RAUSCH, R. B. **Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau.** Revista Educação Especial | v. 30 | n. 57 | p. 41-54 | jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/22012>> acesso em: 15/01/2022.

GUALDA, D. S.; BORGES, L.; CIA, F. **Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio.** Revista Educação Especial | v. 26 | n. 46 | p. 307-330 | maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379> acesso em: 15/01/2022.

GOMES, R. **Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AQUINO, F. S. B.; RAMOS, C. S. A. **Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 351-361, set.-dez. 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-840618>> acesso em: 15/01/2022.

LUIZ, F. M. R.; NASCIMENTO, L. C. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down: experiências contadas pelas famílias.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.1, p. 127-140, Jan.-Mar., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000100009>> acesso em: 15/01/2022.

MAIA FILHO, A. L. M.; NOGUEIRA, L. A. N. M.; SILVA, K. C. O.; SANTIAGO, R. F. A. **Importância da família no cuidado da criança autista.** Rev. Saúde em Foco. Teresina, v. 3, n. 1, art. 1, p. 66-83, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/719/1000>> acesso em: 15/01/2022.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **Demandas decorrentes da inclusão escolar.** Revista Educação Especial | v. 27 | n. 48 | p. 27-40 | jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/8796/pdf>> acesso em: 15/01/2022.

MINATEL, M. M.; MATSUKURA, T. S. **Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar.** Revista Educação Especial | v. 28 | n. 52 | p. 429-442 | maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14708/pdf>> acesso em: 15/01/2022.

MINAYO M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.** Audiol Commun Res. 2014;19(2):171-8. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acr/a/S9vVj4QZJHQrmsZy3Tx55Tj/?format=pdf&lang=pt>> acesso em: 14/01/2022.

PIMENTEL, S. C.; PAZ, L. M. **“Olhar” de gestores sobre a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares no Vale do Jiquiriçá.** In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 323-331. ISBN: 978-85-232-0928-5.

SANTOS, G. C. S.; MARTÍNEZ, A. M. **A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 253-268, Abr.-Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/DbcwYNzDMZkMw7zLRtsMFbM/abstract/?lang=pt>> acesso em: 14/01/2022.

SANTOS, J. P.S. **Participação e satisfação de pais de crianças autistas com a escola: estudo exploratório.** Revista Educação Especial | v. 30 | n. 58 | p. 283-296 | maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3131/313152151002/html/>> acesso em: 15/01/2022.

SERRA, D. **Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria.** Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paloma/Downloads/66-Texto%20do%20artigo-65-1-10-20130206.pdf>> acesso em: 15/01/2022.

SOUZA, J. C.; FRAGA, L. L.; OLIVEIRA, M. R.; BUCHARA, M. S.; STRALIOTTO, N. C.; ROSÁRIO, S. P.; REZENDE, T. M. **Atuação do Psicólogo Frente aos Transtornos Globais do Desenvolvimento Infantil.** PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2004, 24 (2), 24-31. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/xf8W4GBLDwZNnHd86WBzZmh/?lang=pt>> acesso em: 15/01/2022.

VILHENA, D. A.; LEITE, R. C. D.; TEIXEIRA, I. A.; PINHEIRO, A. M. V. **Avaliação interdisciplinar do transtorno do espectro do autismo e comorbidades: caso de um diagnóstico tardio.** Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.15, n.1, p. 78-88, 2015. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Cadernosdeposgraduacaoemdisturbiosdodesenvolvimento/2015/vol15/no1/7.pdf>> acesso em 15/01/2022.